



Topônimos da Serra da Mantiqueira Paulista presentes entre os picos e pontos mais altos do Brasil publicados em edições do Anuário Estatístico do Brasil (1908 a 2022) e suas contribuições para o Turismo de Montanha do Estado de São Paulo

João Marcos Tourinho^{1*}

¹*Biólogo, Engenheiro Ambiental, Geógrafo, Turismólogo, Guia de Turismo Regional e Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade de Taubaté (UNITAU), Brasil. (*Autor correspondente: e-mail geo.marcos@bol.com.br)*

Histórico do Artigo: Submetido em: 06/04/2026 – Revisado em: 22/05/2026 – Aceito em: 30/05/2026

RESUMO

A partir de pesquisa documental e bibliográfica desempenhada a partir de consultas às tabelas dos “picos” ou “pontos” considerados “mais altos do Brasil” publicados em volumes dos Anuários Estatísticos do Brasil (AEBs), do IBGE, no período compreendido pelos anos de 1908 ao ano de 2022, este trabalho teve por objetivo identificar seus topônimos e suas respectivas revisões enquanto “picos” ou “pontos” mais altos do Brasil localizados na Serra da Mantiqueira Paulista. Espera-se que com os resultados dos estudos apresentados às evoluções das classificações das altimetrias dos topônimos da “Pedra da Mina”, do “Pico dos Marins”, do “Pico do Itaguapé”, do “Morro do Lopo”, da “Pedra do Selado”, do “Pico da Gomeira”, do “Alto do Cerco”, do “Alto da Bocaina”, do “Pico dos Três Estados”, do “Morro do Tartarugão” e o “Pico da Cabeça de Touro” possam contribuir para suas formalizações e reconhecimentos como Patrimônios Culturais Materiais Imateriais por algum dos níveis da Gestão Pública (municipal, estadual ou nacional). E que suas informações comunicadas possam ser úteis ao emprego por Guias de Turismo profissionais, publicidades turísticas, Planos Diretores orientados ao Turismo e novos estudos que fomentem o “Turismo de Montanha” e os reconheçam como integrantes relevantes às caracterizações territoriais nas paisagens em que se encontram. Somadas a estas expectativas, espera-se também que as cartas topográficas do IBGE, consideradas as principais fontes às identificações da maioria das altitudes dos topônimos por diferentes setores administrativos do IBGE incumbidos das organizações das tabelas dos “Pontos mais altos do Brasil” comunicados pelos AEBs durante os anos de 1908 a 2022; adquiram o *status* de documentos históricos essenciais ao conhecimento do relevo brasileiro. Sobretudo, enquanto registros cartográficos consultáveis capazes de delimitarem os municípios constituintes da SMP e dos topônimos de seus pontos culminantes.

Palavras-Chaves: Serra da Mantiqueira, Anuário Estatístico do Brasil, Turismo, cartas topográficas, IBGE, BDGEx.

Toponyms of the Mantiqueira Paulista mountain range, located among the highest peaks and points in Brazil, published in editions of the Brazilian Statistical Yearbook from (1908 to 2022) and its contributions to Mountain Tourism in the São Paulo State

ABSTRACT

Based on documentary and bibliographic research conducted using tables of the "peaks" or "points" considered "highest in Brazil" published in volumes of the Statistical Yearbooks of Brazil (AEBs), from IBGE, in the period from 1908 to 2022, this work aimed to identify their toponyms and their respective revisions as the highest "peaks" or "points" in Brazil located in the Serra da Mantiqueira Paulista. It is expected that the results of the studies presented on the evolution of the altimetric classifications of the toponyms “Pedra da Mina”, “Pico dos Marins”, “Pico do Itaguapé”, “Morro do Lopo”, “Pedra do Selado”, “Pico da Gomeira”, “Alto do Cerco”, “Alto da Bocaina”, “Pico dos Três Estados”, “Morro do Tartarugão” and “Pico da Cabeça de Touro” may contribute to their formalization and recognition as Tangible and Intangible Cultural Heritage by some level of Public Management (municipal, state or national). Furthermore, it is hoped that the information communicated may be useful for professional tour guides, tourism advertising, tourism-oriented Master Plans, and new studies that promote “Mountain Tourism” and recognize them as relevant components of the territorial

ourinho, J. M. (2026). Topônimos da Serra da Mantiqueira Paulista presentes entre os picos e pontos mais altos do Brasil publicados em edições do Anuário Estatístico do Brasil (1908–2022) e suas contribuições para o turismo de montanha do Estado de São Paulo. *Meio Ambiente (Brasil)*, 8(2), 126–152.



characterization of the landscapes in which they are found. In addition to these expectations, it is also hoped that the IBGE topographic maps, considered the main sources for identifying the altitudes of most place names by different IBGE administrative sectors responsible for organizing the tables of "Highest Points in Brazil" reported by the AEBs during the years 1908 to 2022, will acquire the status of essential historical documents for understanding Brazilian relief. Above all, as searchable cartographic records capable of delimiting the municipalities that make up the SMP and the place names of their highest points.

Keywords: Serra da Mantiqueira, Statistical Yearbook of Brazil, Tourism, topographic maps, IBGE, BDGEx.

1. Introdução

A revisão dos pontos culminantes nacionais, na primeira década do século XXI, provocou o aumento do interesse no Turismo de Montanha e a expansão do conhecimento científico de seus ecossistemas (ICMBio, 2018). Desde as primeiras expedições de medições dos pontos mais elevados do país desempenhados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na área da Serra da Mantiqueira Paulista (SMP) a presença de altitudes expressivas em porções da SMP, como espaços privilegiados de observações de paisagens, têm despertado na sociedade e, sobretudo, na Gestão Pública Municipal (GPM) o planejamento de perspectivas de aproveitamentos turísticos (Domingues, 1952; Instituto Nacional de Estatística, 1936; Oliveira, Camila Espezio; Canadas; Igari, 2025; Paralelo 19 Gestão de Projetos Ltda., 2015; Prefeitura Municipal de Queluz, 2017, 2016)

A condição turística do território natural da SMP apresentou impulso em seu fomento turístico nas últimas décadas. Operada com o reconhecimento da Trilha Transmantiqueira, realizações de eventos esportivos por empreendimentos privados, aumento do fluxo turístico no corredor Marins – Itaguaré e o interesse da Sociedade Civil na participação da gestão da SMP enquanto recursos natural (Andrade, Waldir Joel de, 1998; Arnone; Silva; Cordeiro, 2023, 2024; Cordeiro; Silva; Veiga, 2025; Diniz; Rodrigues, 2025; ICMBIO, 2021; Oliveira, Camila Espezio de, 2023; Santos, 2024; Santos; Pinto, 2025; Tassinari; Coelho; Tassinari, 2021).

No Estado de São Paulo (SP), a área que concentra sete de seus dez pontos mais elevados se encontra na SMP. Localizados no interior de sua respectiva Área de Proteção Ambiental (APA) se encontram dois grandes maciços geológicos, o Marins–Itaguaré e a Serra Fina (SF). Ambos representantes da beleza cênica que as grandes paisagens presentes no relevo apresentam à contemplação turística (Governo do Estado de São Paulo, 2021; RCN Conservação de Florestas Nativas Ltda., 2023; Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente de São Paulo, 2020).

Distantes entre si por quilômetros por menos de 30 quilômetros, os dois maciços abrigam, nos cimos de suas seções da SMP, espécies endêmicas e ameaçadas da fauna e da flora (Meireles; Shepherd, 2015; Loeuille; Deble; Nakajima, 2011; Martinelli; Moraes, 2013). Alvo de contínuas pressões antrópicas advindas da ocupação urbana e atividades agropastoris em seus entornos (Safford, 2007; Tourinho, 2022). Localizados na interseção territorial de três Unidades da Federação (UFs): SP, Rio de Janeiro (RJ) e Minas Gerais (MG), nas duas últimas décadas percebeu o aumento do número de turistas interessados em percorrer as rotas de acesso a suas cotas mais proeminentes (Amorim; Martins; Santos, 2008).

Adequando-se a estas contextualizações e necessidades, os segmentos mais elevados da SMP, que acomodam os pontos culminantes paulistas e a fitofisionomia dos Campos de Altitude (CAs) em seus espaços, têm suas variáveis climáticas e fitofisionômicas pouco conhecidas pela Ciência. Sobretudo, frente à crescente constatação da ameaça das mudanças climáticas (Assis; Mattos, 2016). Somada à condição de refúgio ecológico que a cobertura vegetal de montanha mantém (IBGE, 2012c). Vegetação esta considerada relíquia remanescente de climas pretéritos (Brown, 1971).

O Código Florestal Nacional (Andrade, Bianca O. *et al.*, 2016) estabelece às áreas de hipsometria superior a 1.800 metros, caráter prioritário não somente à conservação da vida silvestre. Mas, ainda, à investigação científica de suas características geográficas e à promoção de seu valor enquanto patrimônio paisagístico nacional. Neste último documento, os maciços Marins-Itaguaré e de SF são cartograficamente

reconhecidos como as únicas regiões de resultado "muito alto" derivado de cálculos de cruzamento dos critérios indicativos de valores para conservação (Detzel *et al.*, 2018).

Entendido que os espaços montanos têm seus aproveitamentos turísticos dedicados às caminhadas de longo curso como principal atividade, e são consolidados a partir de topônimos por trilhas predeterminadas e operadas por agentes dedicados a operações de guiamentos por seus ambientes, detalhamentos de informações fidedignas terminam por enriquecerem a qualidade de suas experiências. Enquanto atividades ecoturísticas (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2006, 2020; BRASIL, 2010a; Brasil, 2022; BRASIL, 2010b; Faria *et al.*, 2020).

No conjunto das publicações do IBGE, ocupadas com caracterizações territoriais nacionais, duas delas se destacam por abarcarem divulgações dos pontos culminantes do Brasil. As edições da série “Brasil em números” e as edições da série “Anuário Estatístico do Brasil” (AEB). Os AEBs tiveram suas publicações iniciadas com a edição de 1908 sob a incumbência da Diretoria Geral de Estatística do Ministério de Agricultura. Suspensas no período de 1913 a 1935 (IBGE, 1976). As edições dos AEBs, na década de 1990, era considerada pelo IBGE como a principal fonte de dados e referências sobre a realidade brasileira em todos os seus aspectos, reunindo informações resultantes de levantamentos, estudos e pesquisas realizados pelo IBGE e outras instituições dedicadas ao conhecimento sistemático do País (IBGE, 1996).

Década em que os AEBs representavam esforços de integrações de múltiplas informações que refletiam a estrutura socioeconômica do País no âmbito do Sistema Estatístico Nacional e ampliavam seu elenco temático. Notadamente nas áreas de recursos naturais e meio ambiente (IBGE, 1992a). Medida resultante das novas tecnologias incorporadas à produção que passaram a exigir dos técnicos envolvidos no processo a reformulação de rotinas de trabalho que permitissem melhor articulação, tanto das áreas internas como das fontes externas ao IBGE. Conjuntura que, assim entendida pelo IBGE, com o objetivo de facilitar o acesso aos dados do AEB do ano de 1992, foi lançada edição simultaneamente em disquete. Visando-se a ampliação e diversificação do número de usuários alcançados pela publicação (IBGE, 1992a).

No ano de 1995, em reforço ao reconhecimento da relevância social das informações dos AEBs, houve o lançamento da versão do AEB daquele ano no formato de *CD-ROM* em concomitância ao de sua versão impressa. Somado ao início das operações de seu endereço eletrônico institucional (IBGE, 1995a). A Literatura Científica reconheceu os AEBs do IBGE como fontes bibliográficas basilares para estudos socioeconômicos para séries temporais específicas e levantamentos setoriais comparativos. Conhecidas as abrangências nacionais de seus dados e as manutenções de seus formatos de divulgações como fundamentos às produções de conhecimentos essenciais aos aperfeiçoamentos e recomendações à Gestão Pública em suas múltiplas áreas de atuação (Abdallah; Bacha, 1999; Batista; Barbosa; Godoy, 2012; Brugnaro; Bacha, 2009; Coelho, 2023; Colistete, 2009; De Holanda Barbosa, 1998; Galvão, 1991; Gasques *et al.*, 2004; Machado; Fontes, 2001; Miebach; Marquetti, 2022; Neu, 2013; Pedrosa, 1949; Silva; Quinteiros; Araújo, 2013; Smith, 1973; Souto, 2012; Tiba; Fraidenaich, 2004; Vieira, 1973; Zuccolotto *et al.*, 2007).

Como reforço às divulgações dos AEBs, o IBGE passou a publicar, em condição de apoio, o “Brasil em números”. Um resumo das principais informações dos AEBs anuais. Tendo-se por justificativa a esta ação administrativa a compreensão de que os AEBs se tratavam das contribuições mais relevantes do IBGE a planejadores, pesquisadores e a todos os interessados em conhecer a realidade socioeconômica do Brasil e seus processos de mudança (IBGE, 1992a).

As edições da série “Brasil em números” categorizaram as divulgações dos pontos culminantes nacionais por meio de tabela padronizada intitulada “Pontos mais altos do país”. A qual conteve apenas os topônimos acima de 2.500 metros conhecidos em território nacional. Publicada do ano de 1992 até o ano de 2024 (até a presente data), o “Brasil em números” manteve sua relevância pela apresentação da tabela dos “Pontos mais altos do país” como um componente de caracterização do território nacional. No período de suas publicações, a “Pedra da Mina”, localizada na SMP, prevaleceu como ponto culminante, ou “mais alto”, para o Estado de São Paulo em suas 32 edições publicadas (IBGE, 1992b, 1993c, 1994c, 1995b, 1997c, 1998c, 1999b, 2000c, 2001b, 2002b, 2003c, 2004d, 2005b, 2006b, 2007c, 2008c, 2009, 2010b, 2011b, 2012b, 2013b,

2014b, 2015c, 2016c, 2017b, 2018b, 2019, 2020b, 2021b, 2022b, 2023b, 2024a, b).

Outro destaque da importância de suas divulgações ocorreu em seu 25º volume. Cujo conteúdo da tabela “Pontos mais altos do país” incluiu o topônimo “Pico da Cabeça de Touro”, localizado na “Serra Fina”; como um dos mais altos do Estado de São Paulo em conjunto à “Pedra da Mina”, na SMP (IBGE, 2017b) Em contraponto, o AEB, publicado desde 1908 pelo IBGE, foi a publicação pioneira, em 1936, da organização da primeira tabela de pontos culminantes e topônimos do país. No qual a SMP se encontrava presente e representada pelos topônimos do “Pico dos Marins”, pelo “Pico do Itaguare” e pelo “Morro do Lopo” (Instituto Nacional de Estatística, 1936).

As edições do AEB, no decorrer de suas publicações, também apresentaram relevâncias diferenciadas a demais publicações que se ocuparam de apresentações de informações relacionadas a topônimos correlacionados a altitudes expressivas do relevo nacional. Consolidadas como as primeiras e únicas publicações do IBGE que divulgaram as “Zonas Hipsométricas” nacionais. Tabelas que apresentavam as superfícies absolutas e relativas que qualificavam as categorias de relevo definidas por isoipsas (IBGE, 2007a, 1973b)

Os volumes do AEB se notabilizaram pelas extensões de suas tabelas aos pontos mais altos do país. Cujas organizações foram as mais detalhadas e categorizadas em nível de toponímia e informações aproveitáveis às identificações de seus acidentes geográficos e localizações. Conteúdos indispensáveis ao público atraído pelo Turismo vinculado à diversidade geológica típica das atividades do Montanhismo (Moreira, 2014; Oliveira, Cilene Lima de *et al.*, 2018; Rodrigues *et al.*, 2017)

Sob estas considerações, este trabalho tem por finalidade proceder com pesquisa documental, em tabelas contendo as expressões “picos mais altos do Brasil” ou “pontos mais altos do Brasil” presentes nas edições dos AEBs no período compreendido por 1908 a 2022 e disponibilizados à consulta pelo IBGE localizados na SMP. De modo que seja permitida composição do histórico da evolução de seus topônimos, verificação de suas localizações e reconhecimentos dos municípios e que se encontrem como possíveis contribuições à promoção do Turismo de Montanha no Estado de São Paulo.

2. Materiais e Métodos

A metodologia adotada para o desenvolvimento deste trabalho foi fundamentada na pesquisa documental de dados de tabelas denominadas “Picos mais altos do Brasil” ou “Pontos mais altos do Brasil”, desempenhada a partir de consultas aos conteúdos dos arquivos das edições do AEB disponibilizadas no endereço eletrônico <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=720> (arquivos em iguais disponibilidades em: <https://anuario.ibge.gov.br/anteriores.html>) integrante da Biblioteca do IBGE para o período compreendido do ano de 1908 ao ano de 2022. Tendo-se os topônimos associados à expressão “Serra da Mantiqueira” e à Unidade Federativa “São Paulo” como dados relevantes a análises enquanto registros importantes a identificações de suas contribuições ao Turismo de Montanha no Estado de São Paulo.

O período de análise estabelecido teve por justificativas o conjunto de todos arquivos de edições do AEB disponibilizadas no endereço eletrônico <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=720> tivessem os dados das tabelas com as denominações “Picos mais altos do Brasil” ou “Pontos mais altos do Brasil” aferidas pelo autor. A fim de que seus resultados fossem empregados junto aos referenciais bibliográficos empenhados nas discussões e seus desdobramentos.

O ano 2022 estabelecido como fim do período atendido por este trabalho se deveu ao fato de que, a partir do ano de 2023, o AEB passou a ser editado apenas em formato eletrônico. Com atualizações anuais de seus novos conteúdos publicados por meio do *hotsite* <https://anuario.ibge.gov.br/index.php>.

Como procedimentos de aferições aos topônimos identificados nos volumes dos AEBs no período de estudo, de maneira que suas localizações permitissem mais detalhes sobre suas características cartográficas, foram utilizadas consultas às cartas topográficas, em escala 1:50.000, do IBGE, disponíveis no endereço

eletrônico do Banco de Dados Geográficos do Exército Brasileiro (disponível em: <https://bdgex.eb.mil.br/bdgexapp>), o BDGEx. Medida necessária à identificação dos municípios em que os topônimos da SMP, considerados “mais altos do Brasil”, encontrados pudessem ser reconhecidos,

3. Resultados

A aplicação da metodologia aos conteúdos de 82 arquivos de edições de AEBs para o período do ano de 1908 ao ano de 2022 demonstrou que os volumes I, II e III das edições iniciais do AEB, referentes aos anos de 1908 a 1912, não apresentaram quaisquer tabelas que apresentassem dados altimétricos ou toponímias classificatórias para “picos” ou “pontos” mais altos do Brasil (Directoria Geral de Estatística, 1916, 1917, 1927).

As primeiras publicações do IBGE para listagens de dados altimétricos e toponímias dedicadas a classificações em tabelas para “Pontos mais altos do Brasil” foram registradas no AEB do ano de 1936. Nesta edição, que marcou a retomada da continuidade de publicações do AEB, este contexto se encontrou definido à “Situação Física”. E condicionada à “Caracterização do Território” com listagem de topônimos abarcada pelo titulação, antecedente a sua tabela, “Alguns dados altimétricos” (Instituto Nacional de Estatística, 1936).

O primeiro formato de divulgação adotado aos “Pontos mais altos do Brasil” foi o de listas em tabela. Com as denominações dos topônimos, para seu ano de publicação, representadas pela expressão “designação” e suas localizações compreendidas pelo título “situação”. Composto por duas categorias: “acidente orográfico”, enquanto forma de relevo, e “Unidade Política”, para Unidade da Federação associada (Instituto Nacional de Estatística, 1936).

À edição, a lista da tabela foi composta por 47 designações (topônimos) considerados os “Pontos mais altos do Brasil”. E nesta conjuntura se encontraram pertinentes à SMP: o “Pico dos Marins”, o “Pico do Itaguare” e o “Morro do Lopo” (Instituto Nacional de Estatística, 1936). Nesta primeira tabela do AEB, três “designações”, das 47 em seu total, foram apontadas à SMP: o “Pico dos Marins”, como 7º “pontos mais alto do Brasil”, o “Pico do Itaguare”, como 9º “ponto mais alto do Brasil” e o “Morro do Lopo”, como 35º “ponto mais alto do Brasil” (Instituto Nacional de Estatística, 1936).

No ano seguinte, o título “Pontos mais altos do Brasil” permaneceu vinculado à “Situação Física” condicionada à “Caracterização do Território”. Embora no contexto do título “Geologia e altimetria” (IBGE, 1937). Mantida a mesma organização até o AEB de 1938 (IBGE, 1938a; Instituto Nacional de Estatística, 1937). A edição do AEB de 1938 manteve as mesmas redações, títulos, categorias e as permanências das posições ao “Pico dos Marins” e ao “Pico do Itaguare para sua relação de “Pontos mais alto do Brasil”. O outrora “Morro do Lopo”, 35º do conjunto, nesta edição, recebeu a designação “Morro do Lôbo” (IBGE, 1938b).

Para os AEBs de 1936, 1937 e 1938 não houve apontamentos de fontes como responsáveis técnico-administrativos para as informações reunidas no conjunto do título da primeira tabela publicada aos “Pontos mais altos do Brasil” (IBGE, 1938a; Instituto Nacional de Estatística, 1936, 1937). No AEB do ano de 1938, antecedendo a tabela dos “Pontos mais do Brasil”, foi inaugurada a tabela “Distribuição da área do Brasil e suas Unidades Federadas Por Zonas Hipsométricas”. Anunciadas em duas categorias “números absolutos” e “números relativos” (IBGE, 1938a).

A edição do AEB compreendida aos anos de 1939 e 1949 apresentou publicação apenas tabelas para as “Zonas Hipsométricas” absolutas e relativas (IBGE, 1940). A edição do AEB que reúne dados dos anos de 1941 até 1945 apresenta a tabela das altitudes expressivas do país por meio de outro título: “Principais pontos culminantes em várias regiões”. Retomando a exibição das maiores cotas do território brasileiro e excluídas as tabelas para as “Zonas Hipsométricas” (IBGE, 1946a). Esta edição não apresenta os “acidentes orográficos” correspondentes a suas “designações” (topônimos) em sua organização. Impossibilitando a identificação dos nomes locais de suas formas de relevo.

Os AEBs dos anos de 1946 até 1972 não apresentam publicações de informações quaisquer sobre

“pontos” ou “picos” considerados “mais altos do Brasil” (IBGE, 1946b, 1948, 1949, 1950, 1951, 1952, 1953a, b, 1954, 1955, 1956, 1957, 1958, 1959, 1960, 1961, 1962, 1963, 1964, 1965, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970, 1971, 1972). Totalizando 26 anos de ausências de dados sobre topônimos e localizações das formas de relevo das maiores altitudes do país publicados em AEBs do IBGE (IBGE, 1946a, 1973a)

No AEB do ano de 1973 houve a retomada as divulgações dos topônimos com maiores altitudes do país. Intitulando-as como “Picos mais altos do Brasil” e, assim, diferenciando-se dos títulos anteriores em que foram publicadas em um AEB. Intitulados “Pontos mais altos do Brasil” (predominantes) e “Principais pontos culminantes em várias regiões” (IBGE, 1973a). Nesta edição do AEB as “Zonas Hipsométricas” voltaram a ser publicadas em suas duas categorias originais: absolutas e relativas (IBGE, 1946a, 1973a).

O topônimo identificado como “Pontão” foi notificado como “denominação” (topônimo) na tabela dos “Picos mais altos do Brasil” e o qualificou como ponto culminante da SMP e de todo Estado de São Paulo. Sucedido pelo “Pico dos Marins” (12ª posição) último topônimo classificado ao contexto para o ano de 1973 (IBGE, 1973a).

Retomadas no AEB no ano de 1973 e encerradas no ano de 2006, sua principal contribuição aos ambientes de montanha nacionais aconteceu na edição do AEB do ano de 1991. As “Zonas Hipsométricas” contribuíram para que, pela primeira vez, as “áreas culminantes” do Brasil dispusessem de uma isoípsa de referência determinadas pela altitude de 1.800 metros. Calculadas à época como 1.500 km² de superfície absoluta e 0,02% da superfície relativa do país (IBGE, 1991a). Demonstrando como a seção dos “pontos” ou “picos” segregados como “mais altos do Brasil” se encontram em dimensões reduzidas em seu território.

A organização dos “picos mais altos do Brasil” foi estruturada por topônimos, acidentes geográficos e UFs nesta primeira ocasião. Apesar de presentes as altitudes não apresentavam as coordenadas geográficas para suas respectivas localizações. Estas, encontravam-se relacionadas apenas às Unidades Federativas (UFs). O crédito, como fonte, encontrou-se designado à “Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística” (IBGE, 1973b).

A edição do AEB do ano de 1976 foi última na qual o então ponto culminante da SMP e do Estado de São Paulo foi publicado como “Pontão” na tabela dos, então, “Picos mais altos do Brasil (IBGE, 1976). No AEB do ano de 1977 é alterado o título de “picos mais altos do Brasil” para “pontos mais altos do Brasil”. Mantida as presenças e posições do “Pico do Pontão” e do “Pico dos Marins” em suas posições. (IBGE, 1978).

Entre os AEBs dos anos de 1976 para o ano de 1977 houve alteração titular ao conjunto definido como “Caracterização do Território”. Com sua designação transferida de “Hipsometria” para “Meio Ambiente e Recursos Naturais” (IBGE, 1976, 1977). Fato que passou a relacionar os topônimos de maiores expressões no relevo paulista como inerentes às temáticas ambientais. Em 1979, houve, em seu AEB, a última menção como fonte à “Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística” para os dados da tabela “Pontos mais altos do Brasil” (IBGE, 1979). No AEB de 1980 a fonte para a tabela foi substituída para “IBGE, Diretoria Técnica. Departamento de Estudos Geográficos” (IBGE, 1980).

O AEB do ano de 1981 foi o último a registrar o “Pico do Pontão” como ponto culminante da SMP e do Estado de São Paulo em um AEB (IBGE, 1981a). Mantido seu registro, como parte do SMP e seu ponto culminante, como 9º “ponto mais alto do Brasil”, por oito anos (IBGE, 1981b). Em 1982, o AEB incluiu a Pedra da Mina (na SF) como 7º ponto mais alto do país. Acompanhado do acréscimo do “Pico dos Três Estados” (10º ponto, nas cercanias da Pedra da Mina). Essa reordenação dos “picos mais altos do Brasil” terminou no exclusão do “Pico do Pontão” como um dos topônimos do relevo paulista de maior altitude (IBGE, 1982).

Apesar de relacionados ao território paulista, o “Pico dos Três Estados” passou a representar o ponto de interseção político-administrativo entre as UFs de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Nesta conjuntura, SP passa a apresentar três elevações representativas entre as, agora treze, maiores cotas nacionais (IBGE, 1982). No volume 45, do ano de 1984 dos AEBs, a fonte anterior da tabela dos “Pontos mais altos do Brasil”, ocorreu a permuta pela fonte: “IBGE. Diretoria de Geodésia e Cartografia, Departamento de

Cartografia Geral, Especial e Temática” (IBGE, 1985).

Nova sucessão à fonte da tabela dos “Pontos mais altos do Brasil” foi procedida no AEB do ano de 1986. Passada à identificação “IBGE, Diretoria Técnica. Departamento de Estudos Geográficos” (IBGE, 1987).

Na edição do AEB de 1989 são expandidos para 30 topônimos a lista da tabela dos “pontos mais altos do Brasil”. Listados para SMP se encontravam: a “Pedra da Mina” (7º ponto, divisa MG/SP), “Pico dos Três Estados” (9º ponto, SF, divisa SP/MG/RJ), “Pico dos Marins” (13º ponto, SP), “Alto do Capim Amarelo” (14º ponto, divisa SP/MG), “Pico do Itaguaré” (17º ponto, divisa SP/MG), “Pico da Gomeira” (25º ponto, SP), “Alto do Cerco” (27º ponto, divisa MG/SP) e “Alto da Bocaina” (29º ponto, divisa MG/SP). Nesta configuração, o conjunto geológico da SMP passa a se consolidar como acidente geográfico distintivo para a perspectiva político-administrativa entre UFs e a reunir oito dos 30 pontos classificados como “mais altos do Brasil” (IBGE, 1990a).

Neste ano de 1989, ainda presente no conteúdo de seu AEB, houve adequação de fonte à tabela de topônimos dos “Pontos mais altos do Brasil” associada às Geociências e à Cartografia. Notificadas como “IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia” (IBGE, 1989). Importante ressaltar que, nesta mesma edição, a seção dedicada à “Caracterização Do Território”, no subtítulo “meio ambiente e recursos naturais: Unidades de Conservação” houve inserção da categoria “Reserva Ecológica” a altitudes superiores a 1.800 metros (IBGE, 1990b).

No AEB do ano de 1991, a temática dos “Pontos mais altos do Brasil” recebeu maior detalhamento. Incluída ao “CAPÍTULO 9 – RELEVO”, o título “Pontos mais altos do Brasil segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação” (IBGE, 1991b).

Outra revisão aconteceu no volume do AEB do ano de 1991. Com a inserção às “áreas culminantes” da seção “Zonas Hipsométricas do Brasil” da classe “acima de 1.800 m”. Com correspondência em seu percentual superficial total de 0,02% e absoluta de 1.500 km² para o país. Em nota de rodapé, a justificativa apresentada se fundamenta no estabelecido pela resolução CONAMA nº 04 que reconheceu os 0,02% acima de 1.800 metros como reservas ecológicas em seu texto normativo. Ao detalhamento do subtítulo, denominado “os pontos mais altos do Brasil segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação” houve as notificações de suas localizações pela divulgação das respectivas latitudes e longitudes dos topônimos. Acompanhadas da ressalva “altitudes ao decímetro correspondem a medições de campo e, as demais, à leitura de cartas topográficas” às altitudes dos topônimos que as apresentassem (IBGE, 1991c).

A tabela dos “Pontos mais altos do País” deste AEB apresenta substitutos em nível de sua estrutura terminológica que perdurarão até o ano de 2022. Consolidadas com a substituição do termo “denominação” por “topônimo”; o termo “acidente geográfico” substituído por “localização” e o termo “localização” por “Unidades da Federação”. Somaram-se a estas novas informações as tabelas dos “Pontos mais altos do Brasil, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação”. Publicadas nas páginas sequenciais às divulgações das tabelas dos “Pontos mais altos do Brasil” de forma completar (IBGE, 1991c).

Um significativo aspecto, derivado da evolução tecnológica à temática altimétrica, passou a ser permanente nas publicações de todos os topônimos das tabelas dos “Pontos mais altos do Brasil”: presenças de latitudes e longitudes (coordenadas geográficas) a todos os topônimos e suas localizações acompanhadas das primeiras menções às altitudes ao decímetro (correspondentes a medições de campo) e todas as demais determinadas como originárias de leituras de cartas topográficas (IBGE, 1991c).

Essas mesmas cartas topográficas, articuladas na escala 1:50.000 do Sistema Cartográfico Nacional (SCN), são também sugeridas como base documental para anteprojetos de engenharia e urbanismo pela edição do AEB do ano de 1992 em sua seção “Caracterização do Território” (IBGE, 1992).

Sob estas condições, o Estado de SP passa a apresentar apenas o “Pico dos Marins” (13º ponto do país) como objeto de medições de campo efetuadas pelo IBGE. No que tange apenas ao território paulista, a “Pedra da Mina” (SF) é apontada pela primeira vez como ponto culminante para todo seu território. Acompanhada do

“Pico dos Três Estados” (SF), “Pico dos Marins” (SMP) e “Alto da Bocaina” (SMP) como maiores altitudes da superfície estadual paulista (IBGE, 1992).

As cartas topográficas foram reconhecidas como documentos de retratações cartográficas de zonas densamente povoadas e adequada ao planejamento socioeconômico. A inclusão de quadro, na forma de tabela explicativa, para as classes de relevo, estabelecidas a partir de percentuais de declividade como elementos distintivos aos ambientes montanhosos se alcançados pela ordem de 45% a 75% de declividade, passa a ser publicada como metodologia reconhecida ao emprego pelo IBGE (IBGE, 1993a).

Este mesmo volume do AEB resume a “Vegetação e Recursos Florísticos” como a conformação fitofisionômica montanhosa composta por toda e qualquer vegetação floristicamente diferente do contexto geral da flora de uma região e considerada como um “refúgio ecológico”. Refúgio este muitas vezes constituinte de “vegetação relíquia” que persiste em situações especialíssimas. Exemplificada como o caso de comunidades localizadas em altitudes acima de 1.800 metros (IBGE, 1993).

A expressão “vegetação relíquia”, associado aos ambientes de altitude superiores a 1.800 metros, foi integrada o glossário da seção “Vegetação e Recursos Florísticos” neste volume (IBGE, 1994a). No AEB do ano de 1994 foi registrada a única (e última) notificação à “Pedra do Selado” (também denominada “Pedra Selada” ou “Pedra Selado) como topônimo da SMP entre os “Pontos mais altos do Brasil” (24ª posição) (IBGE, 1994b). Em todos os outros demais AEBs seu topônimo esteve atrelado à “Serra do Selado” e não à SMP (IBGE, 1989, 1990b, 1991c, 1992a, 1993b, 1994b).

No ano de 1994 estiveram presentes, pela primeira vez, na mesma tabela dos “Pontos mais altos do Brasil”, composta por 32 topônimos, o “Pico da Gomeira” (26ª posição), o “Alto do Cerco” (30ª posição) e o “Alto da Bocaina”, no âmbito da localização da SMP (IBGE, 1994b). Alterações à organização dos topônimos da lista da tabela dos “Pontos mais altos do Brasil” no AEB do ano de 1995. Dispostos na seguinte ordem à SMP: “Pedra da Mina”, “Pico Três Estados”, “Morro do Tartarugão (primeira publicação), “Pico dos Marins”, “Alto Capim Amarelo” e “Pico Itaguapé”. Com esta revisão são excluídos da SMP: a “Pedra do Selado”, o “Pico da Gomeira”, o “Alto do Cerco” e o “Alto da Bocaina” (IBGE, 1995a).

O termo “montanha” adquire valoração ecossistêmica ao ser associado às Áreas de Preservação Permanentes (APPs) no volume do AEB de 1997. Em sua primeira seção dedicada às Unidades de Conservação e Terras Indígenas, a abordagem resume as APPs como espaços passíveis de preservação permanente a vegetação ao longo de qualquer curso d’água, ao redor das lagoas, lagos e reservatórios naturais ou artificiais, ao redor das nascentes, no topo dos morros, montanhas, e serras, nas encostas com declividade superior a 45°, nas restingas e bordas de tabuleiros ou chapadas e em altitudes superiores a 1.800 metros (IBGE, 1997a).

Neste ano de 1997 foi inaugurada a presença da fonte “IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia, Cadastro de pontos mais altos do Brasil”. A qual incorporou à expressão da fonte anterior a expressão “Cadastro de pontos mais altos do Brasil” como um registro próprio à temática de diferenciações hipsométricas nacionais (IBGE, 1997b). Em 1998, o texto de “Caracterização do Território” desta edição do AEB ressalta, pela primeira vez, que os “pontos mais altos do Brasil” com suas localizações, altitudes e coordenadas geográficas estão correlacionadas ao relevo do Brasil (IBGE, 1998a).

A SF é inserida como forma de relevo distinta da SMP. Compreendida como superfície de localização do topônimo “Pico da Cabeça de Touro” em sua tabela para os “pontos mais altos do Brasil”. Título em que passa a ocupar a 18ª posição nacional e 7ª posição para o Estado do RJ (IBGE, 1998). À lista dos pontos mais altos do Brasil, a Diretoria de Geociências, administrado pelo Departamento de Cartografia, agrega, pela primeira vez, à fonte bibliográfica o “Cadastro de pontos mais altos do Brasil”. Criado em 1996 (IBGE, 1998).

A última edição do AEB para o século XX, no ano 2000, credita à SMP a localização de sete dos nove pontos de maiores altitudes na SMP e em território paulista (de um total de 35 topônimos). Sendo topônimos a sua localização: a “Pedra da Mina”, o “Pico dos Três Estados”, o “Morro do Tartarugão”, o “Pico dos Marins” (único com medição em campo à data), o “Alto do Capim Amarelo” e o “Pico do Itaguapé”. Aos dez pontos mais altos do país, figuram paulistas, apenas a Pedra da Mina (4ª posição) e o Pico dos Três Estados (10ª

posição). Ambos topônimos localizados na SF (IBGE, 2000b).

Na AEB do ano de 2004 ocorreu a atualização que vigora até a edição do AEB publicada no ano de 2022 para os 5 pontos mais altos do Brasil. Com a “Pedra da Mina” sendo reconhecida como 4º ponto mais alto de todo território nacional. E segundo topônimo da Região Sudeste pelo “Projeto Pontos Culminantes”. Projeto conduzido pela Departamento de Cartografia da Diretoria de Geociências e publicado na seção “Recursos Naturais e Meio Ambiente” desta edição (IBGE, 2004c).

Relevante registrar que as cartas topográficas do IBGE foram mantidas como fontes para altitudes como operadas desde 1996 em igual forma neste volume. Enquanto fontes para os topônimos e suas altitudes para os demais elementos da tabela (IBGE, 2004c). No AEB de 2004 ocorre a primeira divulgação dos resultados do Projetos Pontos Culminantes. Tendo-se o primeiro ponto mais alto da SMP com sua altitude conferida pelo Projeto Pontos Culminantes a “Pedra da Mina”. A qual tornou-se, até 2022, o ponto de maior altitude de todo território paulista (IBGE, 2004b).

Neste volume ainda foi destacado que, dos 35 “Pontos mais altos do Brasil” presentes em sua tabela para ano de 2004, seis destes “pontos” foram resultados de medições do Projeto Pontos Culminantes, um apresentou medição de campo (o “Pico dos Marins”) e demais “pontos” advieram de altitudes obtidas através de leituras de cartas topográficas. A fontes para as publicações deste ano também apresentaram inovações. Notificada como “IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Cartografia, Cadastro de Pontos mais Altos do Brasil; IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geodésia, Projeto Pontos Culminantes” (IBGE, 2004b).

No volume do AEB do ano de 2015 a Coordenação de Geodésia do IBGE esclarece que o detalhamento das altitudes obtidas para publicação atende à aplicação da versão 2015 do modelo de ondulação geoidal “MAPGEO2015” segundo a “Diretoria de Geociências, Coordenação de Cartografia, Cadastro de Pontos mais Altos do Brasil, e Coordenação de Geodésia, Projeto Pontos Culminantes” (IBGE, 2015b).

O “Pico da Cabeça de Touro”, na SF, é transferido do Estado do RJ para um dos pontos culminantes paulistas no ano de 2016. Abandonando a lista do território carioca onde permaneceu por 19 anos. Do ano de 1997 até o ano de 2015 (ano de sua inclusão aos “Pontos mais altos do Brasil”) até o ano em volumes de AEBs (IBGE, 1997b, 1998b, 1999a, 2000a, 2001a, 2002a, 2003a, b, 2004a, b, 2005a, 2006a, 2007b, 2008a, b, 2010a, 2011a, 2012a, 2013a, 2014a, 2015a, 2016a).

Esta transição ao território paulista tornou o “Pico da Cabeça de Touro” o primeiro “ponto mais alto do Brasil” na SF paulista diferenciada da SMP pela primeira vez no conjunto dos pontos culminantes paulistas enquanto “localização” aos topônimos neste volume (IBGE, 2016b). Em 2016 a fonte para a tabela dos “Pontos mais altos do Brasil tem o acréscimo de que as sete primeiras altitudes dos topônimos foram obtidas a partir da aplicação da versão 2015 do modelo de ondulação geoidal (MAPGEO2015). Fato que tornou a “Pedra da Mina” o primeiro topônimo da SMP aferido por este método. A menção a “altitudes obtidas através de leitura de Carta Topográfica” deixa de integrar o conjunto de informações das fontes aos “Pontos mais altos do Brasil” (IBGE, 2016a).

O “Pico da Cabeça do Touro” permaneceu como único topônimo posicionado na SF paulista entre os “Pontos mais altos do Brasil” do ano de 2016 ao ano de 2022 (IBGE, 2017a, 2018a, 2020a, 2021a, 2022a, 2023a). A última edição do AEB publicada em seu repositório de volumes, relativo ao ano de 2022, revelou que o “Cadastro de Pontos Mais Altos do Brasil” se trata de altitudes e coordenadas extraídas de folhas topográficas (IBGE, 2023a).

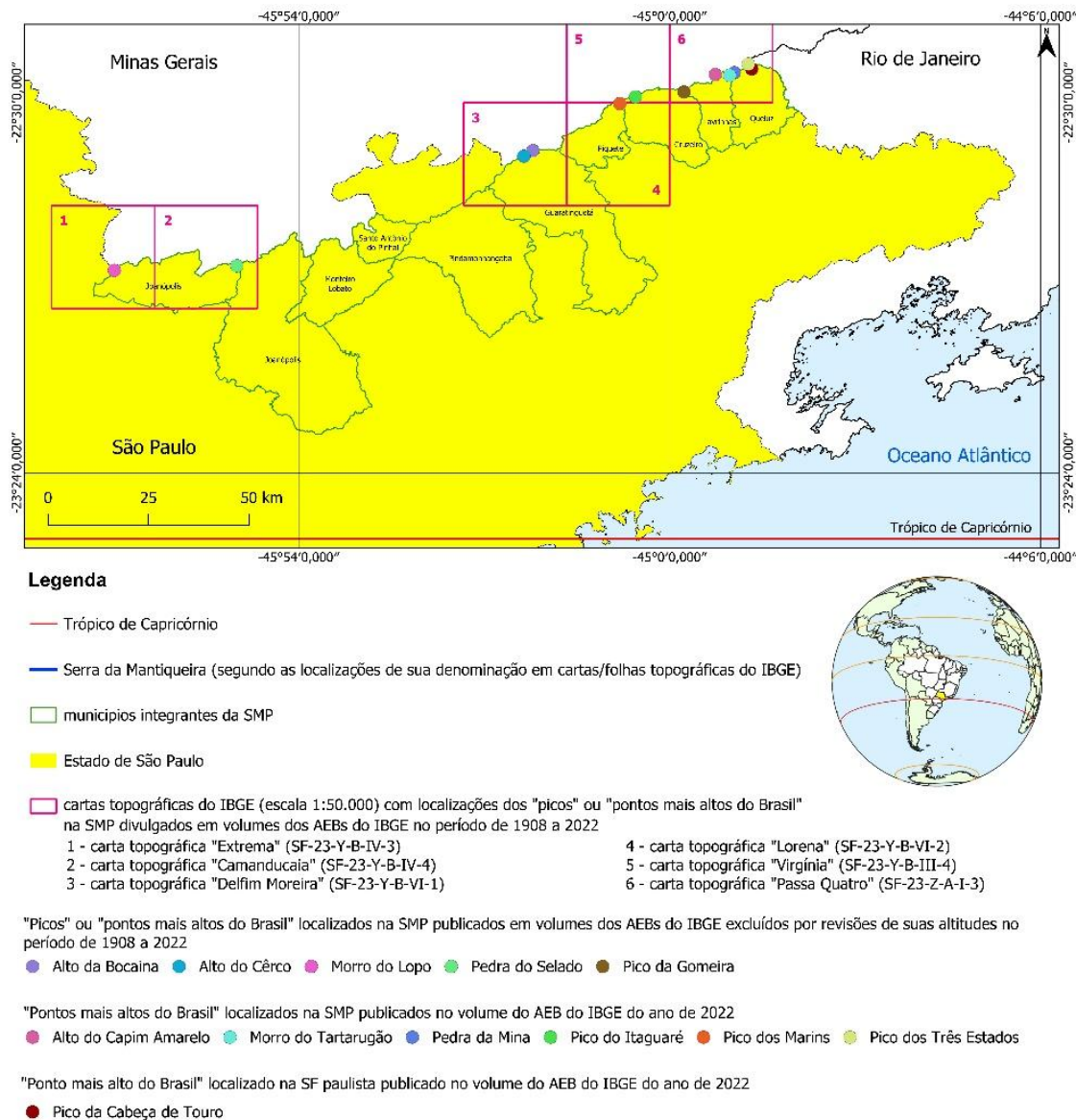
Esta mesma última edição, sob a perspectiva do recorte de análise do qual trata este trabalho, demonstrou que apenas a “Pedra da Mina” havia sido objeto de medição altimétrica derivada de levantamentos resultantes da aplicação do modelo para conversão de altitudes hgeoHNOR2020 aos resultados dos levantamentos GNSS do Projeto Pontos Culminantes. Enquanto fonte para sua presença à lista da última tabela conferida aos “Pontos mais altos do Brasil” (IBGE, 2023a).

O “Pico dos Marins” termina a série de divulgações dos AEBs, do IBGE, com sua altitude notificada como objeto de medições de campo (IBGE, 2023a). Mantido seu registro como único topônimo da SMP a

manter este *status* a sua altimetria durante todos os anos de publicações dos volumes dos AEBs (figura 01).

Figura 1 – Localizações dos topônimos da SMP considerados no conjunto dos “Pontos mais altos do Brasil” em AEBs do IBGE no período de 1908 a 2022 segundo suas posições geográficas nos municípios em que se encontram.

Figure 1 – Locations of toponyms in the SMP considered in the set of “Highest Points in Brazil” in IBGE’s AEBs in the period from 1908 to 2022 according to their geographical positions in the municipalities in which they are located.



Fonte: autor (2026).

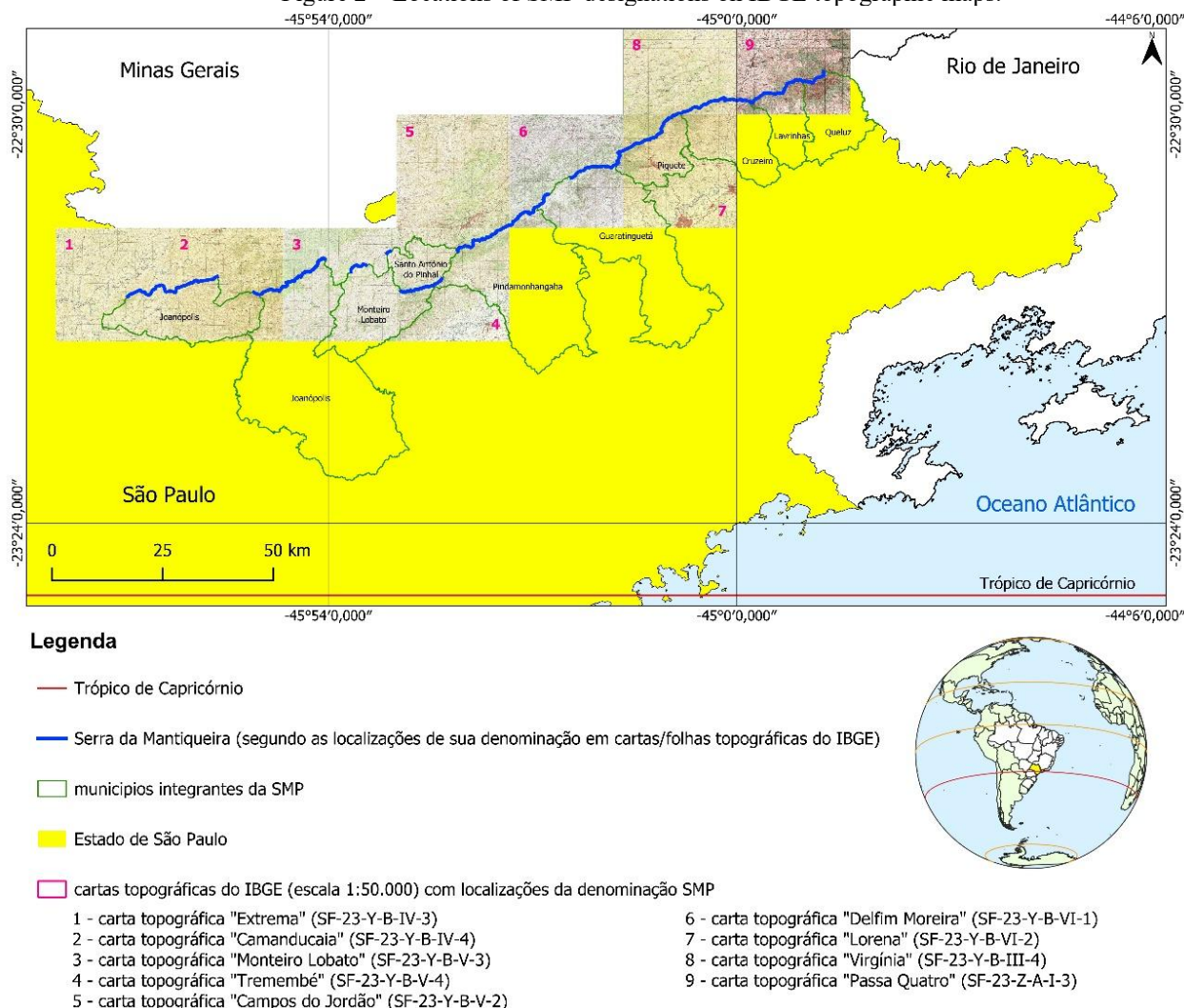
O objetivo de recompor o histórico da evolução dos topônimos da SMP encontrados juntos às listas das tabelas para “picos” ou “pontos” considerados pelo IBGE como os “mais altos do Brasil” ao seu compartimento de relevo, executadas a partir de suas publicações em volumes dos AEBs do ano de 1908 a 2022, permitiu a verificação de suas localizações e os reconhecimentos dos municípios em que se encontraram associados presentes nas cartas topográficas do IBGE (em escalas padronizadas em 1:50.000) consultadas no

acervo do BDGEx.

Obtida a seguinte ordem: “Pedra do Selado”, localizado no município de São José dos Campos; “Pico dos Três Estados”, “Pico da Cabeça de Touro” (SF paulista) e a “Pedra da Mina”, localizados no município de Queluz; “Pico da Gomeira”, “Morro do Tartarugão”, “Alto do Capim Amarelo” localizados no município de Lavrinhas; “Morro do Lopo”, localizado no município de Joanópolis; “Alto do Cerco” e “Alto da Bocaina”, localizados no município de Guaratinguetá; “Pico dos Marins”, localizado no município de Piquete e o “Pico do Itaguaré”, localizado no município de Cruzeiro. As verificações junto às cartas topográficas das localizações dos a lista de topônimos “mais altos do Brasil” e seus municípios, ainda possibilitaram as identificações, por intermédio do acompanhamento *ipsis literis* da expressão “Serra da Mantiqueira” em seus conteúdos, em território paulista dos municípios em que se encontrou vinculada (figura 02).

Figura 2 – Localizações das denominações da SMP em cartas topográficas do IBGE.

Figure 2 – Locations of SMP designations on IBGE topographic maps.

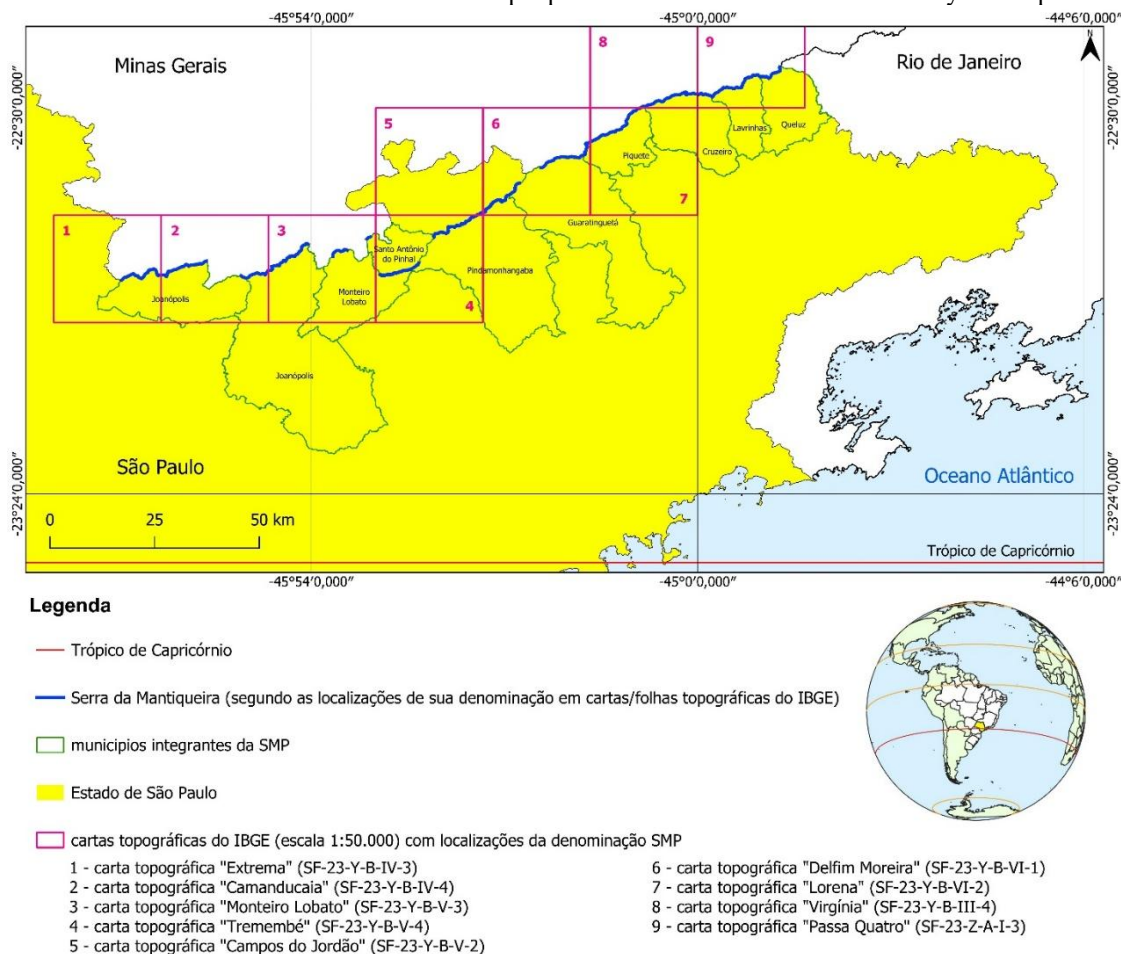


Fonte: autor (2026).

Determinando à extensão da SMP a seguinte estrutura cartográfica (Figura 03).

Figura 3 – Localizações das denominações da SMP em cartas topográficas do IBGE segundo as articulações das continuidades de seus conteúdos e territórios políticos-administrativos municipais que abarcam.

Figure 3 – Locations of SMP denominations on IBGE topographic maps according to the articulations of the continuities of their contents and the municipal political-administrative territories they encompass.



Fonte: autor (2026).

O município de Joanópolis, cartas topográficas de “Extrema” (SF-23-Y-B-IV-3) e “Camanducaia” (SF-23-Y-B-IV-4); município de São José dos Campos, cartas topográficas de “Camanducaia” (SF-23-Y-B-IV-4) e “Monteiro Lobato” (SF-23-Y-B-V-3); município de Monteiro Lobato: cartas topográficas de “Monteiro Lobato” (SF-23-Y-B-V-3) e “Tremembé” (SF-23-Y-B-V-4); município de Santo Antônio do Pinhal, cartas topográficas de “Monteiro Lobato” (SF-23-Y-B-V-3) e “Tremembé” (SF-23-Y-B-V-4); município de Pindamonhangaba, cartas topográficas de “Tremembé” (SF-23-Y-B-V-4), "Campos do Jordão" (SF-23-Y-B-V-2) e "Delfim Moreira" (SF-23-Y-B-VI-1); município de Guaratinguetá, carta topográfica de "Delfim Moreira" (SF-23-Y-B-VI-1); município de Piquete, cartas topográficas de "Delfim Moreira" (SF-23-Y-B-VI-1), "Lorena" (SF-23-Y-B-VI-2) e "Virgínia" (SF-23-Y-B-III-4); município de Cruzeiro, cartas topográficas de "Virgínia" (SF-23-Y-B-III-4) e "Passa Quatro" (SF-23-Z-A-I-3); município de Lavrinhas,

carta topográfica de "Passa Quatro" (SF-23-Z-A-I-3) e município de Queluz, carta topográfica de "Passa Quatro" (SF-23-Z-A-I-3). Alcançado seu fim junto ao "Pico dos Três Estados"

4. Discussões

Os estudos dedicados às classificações e revisões dos pontos culminantes do território nacional por parte de instituições governamentais brasileiras teve seu início no ano de 1868 (Senra, 2006). Os resultados deste trabalho demonstraram que a parcela dedicada às determinações dos pontos ou picos mais altos do Brasil foram corroboradas e divulgadas por décadas como parte da caracterização de seu território. Em específico, seu relevo.

Registradas como publicações, permitiram o reconhecimento neste trabalho de o Estado de São Paulo se manteve durante igual período de divulgação presente entre os pontos mais altos do país. E de que sua presença foi mantida em uma seção específica de seu relevo sobre a SMP. A atração que topônimos representativos de altitudes exercem sobre uma parcela do público dedicado às atividades turísticas é parte significativa do conceito do "Turismo de Montanha" (Oliveira, Camila Espezio de, 2023)

A produção científica com enfoque nas localizações e regionalizações de pontos, picos, cumes ou "pedras" ocupa importante função no planejamento turístico. Sobretudo, por seus aproveitamentos em aplicações geoespaciais aproveitadas ao planejamento e gestão do Turismo em ambientes montanos (Governo do Estado de São Paulo, 2019).

As descobertas provenientes do levantamento histórico desempenhado neste trabalho validam os estudos que condicionaram o "Pico dos Marins" e o "Pico do Itaguaré" como Monumentos Naturais do Estado de São Paulo. E reconhecem seus topônimos como seções do relevo da SMP destinadas a recepções de centenas de turistas e visitantes (Arnone; Silva; Cordeiro, 2023, 2024; Cordeiro; Silva; Veiga, 2025).

As constatações expostas neste estudo, fundamentada em pesquisas documentais junto ao acervo *on line* do IBGE, comprova que a bibliografia disponível à recuperação histórica de componentes de elevada altimetria junto à topografia de determinado acidente geográfico (neste estudo, a SMP), a integração Turismo de Montanha ao universo da cultural regional e nacional de um país. Seja pela origem de seu topônimo, seja por seu registro cartográfico à consulta (Ng, 2022). Complementada pelo crescente operações de pernoites em acampamentos. Atividades turísticas que têm apresentado crescimento em ambientes montanhosos após o fim das restrições sanitários demandas pela epidemia de COVID-19 (Guo; Yang; Xie, 2024).

O conhecimento dos topônimos da SMP destacados por este trabalho podem permitir à gestão pública do Turismo de Montanha a síntese de melhores produtos cartográficos de modo que comuniquem suas localizações, enquanto destinos turísticos, com maior responsabilidade para com a segurança dos consumidores de experiências em seus espaços (Pyo, 2005). Acrescidas de exemplos que evidenciam o Turismo de Montanha como também parcela do Geoturismo efetuado quando visitados os topônimos da SMP (Figueiró; Ahn, 2019; Moreira, 2014).

Concepções percebidas por legisladores das Unidades Federativas de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná que consolidaram o Turismo de Montanha/Montanhismo como elementos de seus Patrimônios Culturais Imateriais (Governo do Estado do Paraná, 2013, 2019, 2025). Assim como de associações e Regiões Turísticas dedicadas às atividades do Turismo de Montanha (Governo do Estado de Minas Gerais, 2016, 2023a, b). Uma vez que a dimensão jurídica já qualificou como tombadas a Serra do Mar e a Serra do Paranapiacaba (Secretaria de Cultura do Governo do Estado de São Paulo, 1985). As quais não contêm altitudes de cumes representativas o bastante para que alcançassem presenças em classificações aos "picos" ou "pontos" titulados como "mais altos do Brasil".

Tais como os topônimos da SMP presentes nos resultados deste trabalho. Adequados aos atendimentos dos requisitos paisagísticos que definem as possibilidades de tombamentos demandados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo

(CONDEPHAAT). Enquanto seção administrativa vinculada à Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Governo do Estado de São Paulo e responsável pela proteção, preservação e valorização de seus bens culturais materiais e imateriais (Crispim, 2019; Detoni, 2020; Furlan, 2018; Paes, 2025).

Entendido que as estruturas legais das paisagens montanhosas, como as identificadas neste artigo científico, são medidas promotoras da sustentabilidade turística esperada à conservação de suas áreas e fator essencial à construção de identidades geográficas por comunidades nos arredores de destinos turísticos (Jansky *et al.*, 2002; Johnston, 1994; Mitchell; Murphy, 1991).

5. Conclusões

Os estudos compreendidos entre o período de 1908 a 2022 junto aos arquivos das 82 edições dos AEBs do IBGE analisados revelaram que o Estado de São Paulo esteve presente em todas as publicações de listas e tabelas reservadas a comunicações dos “pontos” ou “picos” designados como “mais altos do Brasil”. Totalizando representatividades e presenças, independente de posições em tabelas, em todas as publicações tratadas por estes títulos em edições de AEBs, o “Pico dos Marins”. Mantido por 114 anos em suas comunicações à sociedade e com localização especificada à SMP. Também reconhecido como primeiro “ponto” ou “pico” registrado ao longo do histórico de publicações dos AEBs, do IBGE, como ponto culminante do território paulista.

Também são resultados relevantes às promoções do Turismo de Montanha, derivados dos levantamentos documentais veiculados neste texto a inclusão da “Pedra da Mina” a partir da edição do AEB do ano de 1982 entre os “Pontos mais altos do Brasil”. Mantido seu topônimo, segundo os termos definidos por este trabalho, pelos últimos 40 anos na lista dos topônimos mais altos do país enquanto parte da SMP. E único topônimo da SMP a ter sua altimetria corrigida para valores maiores e, considerado o ano de referência limite de 2022, reclassificado da sétima posição na tabela dos “Pontos mais altos do Brasil” para a quarta posição.

Os topônimos “Pontão” (ou “Pico do Pontão”), “Morro do Lobo” (ou “Morro do Lopo”), “Pedra do Selado” (ou Pedra Selada), “Pico da Gomeira”, “Alto do Cerco”, “Morro do Tartarugão” e “Alto da Bocaina” estiveram notificados, ao menos como uma referência, em tabelas dos “picos” ou “pontos mais altos do Brasil” no período e edições dos AEBs abordadas neste estudo como integrantes da SMP. Tendo-se como provável causa para ausências posteriores junto à tabela de “Pontos mais altos do Brasil”, a dinâmica de pesquisas ocupadas com atualizações das altitudes dos pontos culminantes em território nacional associada à evolução tecnológica de equipamentos de aferições topográficas utilizados. Notificadas nas “fontes” relatadas nos rodapés de suas tabelas nas edições dos AEBs em que foram divulgados.

O topônimo “Pico dos Três Estados”, na SMP, teve início de sua publicação no ano de 1982 e se manteve publicado nas tabelas dos “Pontos mais altos do Brasil” até o ano de 2022. Mantido por 40 anos em suas divulgações. Similar destaque foi alcançado pelo “Alto do Capim Amarelo”. Cuja primeiro registro ocorreu no AEB do ano de 1989 e mantido até o ano de 2022. Totalizando 33 anos contínuos de presenças na tabela de “Pontos mais altos do Brasil”. Relevante evidenciar que o “Pico da Cabeça de Touro”, apesar de não se localizar em nenhum volume como integrante à localização da SMP, terminou o período de análise documental como um dos “Pontos mais altos do Brasil” incluído à SF paulista. Embora a cartografia topográfica do IBGE, em escala 1:50.000, localize a SF paulista no conjunto dos acidentes geográficos da Serra da Mantiqueira em território paulista.

As edições dos AEBs do IBGE demonstraram que a temática da determinação dos “pontos mais altos do Brasil” e suas Unidades Federativas se trata de temática própria. Consolidada como componente relevante à caracterização do território e integrante das discussões relacionadas aos recursos naturais e ao meio ambiente do país. O método predominante às fontes, como origens às identificações de altitudes dos topônimos dos AEBs do ano de 1908 a 2022, foram consultas às cartas topográficas operadas pelos setores administrativos, do IBGE, incumbidos das organizações das tabelas dos “Pontos mais altos do Brasil”.

Espera-se que com os resultados dos estudos aqui apresentados, no conjunto das abrangências das áreas dos topônimos da SMP, sejam formalizados como Patrimônios Culturais Imateriais por algum dos níveis da Gestão Pública (municipal, estadual ou nacional). E que as informações deles derivadas possam ser úteis ao emprego por Guias de Turismo profissionais, publicidades turísticas, contribuam à qualidade técnica de Planos Diretores orientados ao desenvolvimento turístico e novos estudos que aperfeiçoem o conceito de “Turismo de Montanha” no âmbito da SMP. Somados às evidências comprobatórias à sociedade de que a SMP apresenta potenciais reconhecimentos de seus Patrimônios Naturais e de seus Patrimônios Culturais Materiais e Imateriais nos termos permitidos pelas Legislações dos municípios que a compõe pelo continuidade de registros promovida pelo IBGE a suas condições de “Pontos” ou “Picos” mais altos do país que colaboraram para que o desenvolvimento do Turismo de Montanha paulista alcançasse seu panorama contemporâneo.

6. Agradecimentos

Este artigo científico é dedicado ao reconhecimento dos esforços da Deputada Letícia Aguiar à promoção do Turismo nos municípios da Serra da Mantiqueira Paulista concretizados no Projeto de Lei nº 98/2026 (atendido pelo processo número: 3741/2026, com data de protocolo estabelecida em 19 de fevereiro de 2026, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo) dedicado ao reconhecimento da Trilha Nacional Transmantiqueira como parte relevante do Patrimônio Turístico Territorial, Ambiental e Cultural do Estado de São Paulo e aos trabalhos voluntários do Coronel de Infantaria da Reserva do Exército Brasileiro, Sr. Luiz Gonzaga Barbosa Aragão, concentrados na promoção turística da Trilha Nacional Transmantiqueira nos municípios que a integram nos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

7. Referências Bibliográficas

ABDALLAH, P. R.; BACHA, C. J. C. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA NO BRASIL: 1960 - 1994. *Revista Teoria e Evidência Econômica*, v. 7, n. 13, 1999. Disponível em: <<https://ojs.upf.br>>. Acesso em: 20 abr. 2026.

ANDRADE, B. O.; BONILHA, C. L.; FERREIRA, P. M. A.; BOLDRINI, I. I.; OVERBECK, G. E. Highland grasslands at the Southern tip of the Atlantic Forest biome: management options and conservation challenges. *Oecologia Australis*, v. 20, n. 02, p. 175–199, jul. 2016.

ANDRADE, W. J. de. **Trilha de longa distância na Serra da Mantiqueira: planejamento e definição de estratégia para implantação com participação de força voluntária**. 1998. Universidade de São Paulo, 1998. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11142/tde-20191218-165330/>>. Acesso em: 19 abr. 2026.

ARNONE, I.; SILVA, R.; CORDEIRO, B. **Relatório de Visitação do Monumento Natural Estadual Mantiqueira Paulista 2022**. São Paulo, SP: Fundação Florestal. Governo do Estado de São Paulo, 2023. . Disponível em: <<https://www.cruzeiro.sp.gov.br/wp-content/uploads/2025/03/Relatorio-Visitacao-MONA-Mantiqueira-2022.pdf>>.

ARNONE, I.; SILVA, R.; CORDEIRO, B. **Relatório de Visitação do Monumento Natural Estadual Mantiqueira Paulista 2023**. São Paulo, SP: Fundação Florestal. Governo do Estado de São Paulo, 2024. . Disponível em: <<https://www.cruzeiro.sp.gov.br/wp-content/uploads/2025/03/Relatorio-Visitacao-MONA-Mantiqueira-2023.pdf>>.

ASSIS, M. V.; MATTOS, E. A. de. Vulnerabilidade da vegetação de campos de altitude às mudanças climáticas. *Oecologia Australis*, v. 20, n. 02, p. 162–174, jul. 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15397: Turismo de aventura — Condutores de montanhismo e de escalada — Competências de pessoal.** Rio de Janeiro, RJ: Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), 2006. 10 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15505-1: Turismo de aventura — Caminhada - Parte 1: Requisitos para produto.** Rio de Janeiro, RJ: Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), 2020. 18 p.

BATISTA, F. A.; BARBOSA, L. S.; GODOY, M. M. Transportes, modernização e formação regional - Subsídios a história da era ferroviária em Minas Gerais, 1870-1940. DOI: 10.5212/Rev.Hist.Reg.v.17i1.0007. **Revista de História Regional**, v. 17, n. 1, 16 out. 2012. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/3538>>. Acesso em: 20 abr. 2026.

BRASIL. **Segmentação do Turismo e o mercado.** Brasília, DF: Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação-Geral de Segmentação, 2010a. 170 p.

BRASIL. **Turismo de Aventura: orientações básicas.** Brasília, DF: Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação-Geral de Segmentação, 2010b. 75 p.

BRASIL. **Trilhas do Brasil: Manual de Estruturação e Promoção Turística das Trilhas de Longo Curso.** Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2022. 128 p.

BROWN, J. H. Mammals on Mountaintops: Nonequilibrium Insular Biogeography. **The American Naturalist**, v. 105, n. 945, p. 467–478, set. 1971.

BRUGNARO, R.; BACHA, C. J. C. Análise da participação da agropecuária no PIB do Brasil de 1986 a 2004. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 39, p. 127–159, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ee/a/dYjc8DcLk4G5jLqY8dM858r/?lang=pt>>. Acesso em: 20 abr. 2026.

COELHO, F. M. O anuário “Quem é quem na economia brasileira” como fonte de pesquisa para História de empresas. **Semina - Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF**, v. 22, n. 3, p. 32–49, 15 nov. 2023. Disponível em: <<https://ojs.upf.br>>. Acesso em: 20 abr. 2026.

COLISTETE, R. P. Salários, produtividade e lucros na indústria brasileira, 1945-1978. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 29, p. 386–405, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rep/a/N3mzr6BYMm6ftnz99XHPnHc/?lang=pt>>. Acesso em: 20 abr. 2026.

CORDEIRO, B. E.; SILVA, R. C. da; VEIGA, T. **Relatório de Visitação do Monumento Natural Estadual Mantiqueira Paulista 2024.** São Paulo, SP: Fundação Florestal. Governo do Estado de São Paulo, 2025. Disponível em: <<https://www.cruzeiro.sp.gov.br/wp-content/uploads/2025/03/Relatorio-Visitacao-MONA-Mantiqueira-2024.pdf>>.

CRISPIM, F. B. O tombamento de áreas naturais pelo CONDEPHAAT: marco de inovação e memória da instituição do patrimônio paulista (1976-1995). **arq.urb**, n. 26, p. 23–43, 1 set. 2019. Disponível em: <<https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/25>>. Acesso em: 24 fev. 2025.

DE HOLANDA BARBOSA, F. Economic Development: the Brazilian Experience. *Em*: HOSONO, A.; SAAVEDRA-RIVANO, N. **Development Strategies in East Asia and Latin America.** London: Palgrave Macmillan UK, 1998. p. 69–87.

DETONI, S. F. Bases teórico-metodológicas do patrimônio natural: o papel da Geografia e da Geomorfologia na criação de áreas naturais tombadas. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 24, n. 1, p. 153–171, 3 mar.

2020. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/geosp/article/view/159968>>. Acesso em: 27 fev. 2025.

DETZEL, V. A.; BALDIM, M. M.; CIT, C.; LAMBERTI, S. P. **Plano de manejo da Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira**. [s.l.: s.n.]371 p.

DINIZ, L. F.; RODRIGUES, C. G. de O. Trilha Transmantiqueira: motivações e contribuições dos voluntários em uma trilha de longo curso. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 18, n. 6, p. 751–768, 1 nov. 2025. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/20262>>. Acesso em: 19 abr. 2026.

DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil 1908 - 1912**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio. República dos Estados Unidos do Brazil, 1916. v. I (Território e População)471 p.

DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil 1908 - 1912**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio. República dos Estados Unidos do Brazil, 1917. v. II (Economia e Finanças)410 p.

DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil 1908 - 1912**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio. República dos Estados Unidos do Brazil, 1927. v. III (Cultos, Assistência, Repressão e Instrução)1053 p.

DOMINGUES, A. J. P. Maciço de Itatiaia. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 14, n. 04, p. 89–97, 1952. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1952_v14_n4.pdf>.

FARIA, P. E. P.; ARAUJO, F. F. S.; CASTRO, C. P. de; MENEZES, P. de C. da C. e. **Fundamentos do Planejamento de Trilhas**. Brasília, DF: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Ministério do Turismo, 2020. 36 p.

FIGUEIRÓ, A. S.; AHN, M. M. V. Cartografia do patrimônio geomorfológico voltada à interpretação geoturística. **Physis Terrae - Revista Ibero-Afro-Americana de Geografia Física e Ambiente**, v. 1, n. 2, p. 3–19, 28 dez. 2019. Disponível em: <<https://revistas.uminho.pt/index.php/physisterrae/article/view/2210>>. Acesso em: 5 ago. 2025.

FURLAN, S. A. Áreas naturais tombadas e a proteção da paisagem. **Revista CPC**, v. 13, n. 26esp, p. 63–93, 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/152166>>. Acesso em: 1 mar. 2025.

GALVÃO, O. J. de A. CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL SEGUNDO OS CENSOS, 1907-1980. **Análise Econômica**, v. 9, n. 15, 1991. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/10372>>. Acesso em: 20 abr. 2026.

GASQUES, J. G.; BASTOS, E. T.; BACCHI, M. P. R.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. da. Condicionantes da produtividade da agropecuária brasileira. **Revista de Política Agrícola**, v. 13, n. 3, p. 73–90, 2004. Disponível em: <<https://rpa.sede.embrapa.br/RPA/article/view/581>>. Acesso em: 20 abr. 2026.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Lei nº 22 301, de 3 de outubro de 2016. “Declara de utilidade pública a Associação de Montanhismo de Araxá e Região – Amar –, com sede no Município de Araxá. **Jornal Minas Gerais: Diário Oficial eletrônico**, p. 01, 4 out. 2016. Disponível em: <<https://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/edicao-do-dia?dados=%7B%22dataPublicacaoSelecionada%22:%222016-10-04T00:00:00%22,%22idCadernoEdicaoSelecionado%22:361,%22paginaSelecionada%22:1,%22textoPesquisa%22:%22Declara%2520de%2520utilidade%2520p%25C3%25BAblica%2520a%2520Associa%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520de%2520Montanhismo%2520de%2520Arax%25C3%25A1%2520e%2520Regi%25C3%25A3o%2520%25E2%2580%2593%2520Amar%2520%25E2%2580%2593%2520C%2520com%2520>>

Osede%2520no%2520Munic%25C3%25ADpio%2520de%2520Arax%25C3%25A1%22%7D>. Acesso em: 15 out. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Lei nº 24 347, de 5 de junho de 2023. “Declara de utilidade pública a Associação do Circuito Turístico Montanhas e Fé, com sede no Município de Santo Antônio do Grama”. **Jornal Minas Gerais: Diário Oficial eletrônico**, p. 01, 6 jun. 2023a. Disponível em: <[GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Lei nº 24 392, de 11 de julho de 2023. “Declara de utilidade pública a Associação do Circuito Turístico Montanhas Cafeiras de Minas, com sede no Município de Muzambinho”. **Jornal Minas Gerais: Diário Oficial eletrônico**, p. 01, 12 jul. 2023b. Disponível em: <\[GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Proposta de Criação: Monumento Natural Mantiqueira Paulista**. São Paulo, SP: Fundação Florestal do Estado de São Paulo, 2019. 327 p.\]\(https://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/edicao-do-dia?dados=%7B%22dataPublicacaoSelecionada%22:%222023-07-12T00:00:00%22,%22idCadernoEdicaoSelecionado%22:74029,%22paginaSelecionada%22:1,%22textoPesquisa%22:%22Declara%2520de%2520utilidade%2520p%25C3%25ABlica%2520a%2520Associa%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520do%2520Circuito%2520Tur%25C3%25ADstico%2520Montanhas%2520Cafeiras%2520de%2520Minas%2520C%2520com%2520sede%2520no%2520Munic%25C3%25ADpio%2520de%2520Muzambinho%22%7D>. Acesso em: 15 out. 2025.</p>
</div>
<div data-bbox=\)](https://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/edicao-do-dia?dados=%7B%22dataPublicacaoSelecionada%22:%222023-06-06T00:00:00%22,%22idCadernoEdicaoSelecionado%22:55446,%22paginaSelecionada%22:1,%22textoPesquisa%22:%22Circuito%2520Tur%25C3%25ADstico%2520Montanhas%2520e%2520F%25C3%25A9%2520C%2520com%2520sede%2520no%2520Munic%25C3%25ADpio%2520de%2520Santo%2520Ant%25C3%25B4nio%2520do%2520Gram%22%7D>. Acesso em: 15 out. 2025.</p>
</div>
<div data-bbox=)

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 65.457, de 5 de Janeiro de 2021. Cria o Monumento Natural Estadual Mantiqueira Paulista, nos Municípios de Cruzeiro e Piquete, e dá providências correlatas. 6 jan. 2021. Disponível em: <<http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=20210106&Caderno=DOE-I&NumeroPagina=1>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Lei nº 6589, de 18 de novembro de 2013. “Dispõe sobre o trânsito por propriedades privadas para o acesso a sítios naturais públicos localizados no âmbito do Estado do Rio de Janeiro”. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, p. 2, 19 nov. 2013. Disponível em: <[GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Lei nº 9.205, de 11 de março de 2021. Considera como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Rio de Janeiro a prática do Montanhismo. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, p. 1, 3 abr. 2019. Disponível em: <\[GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Lei nº 22.631, de 16 de setembro de 2025. “Reconhece o montanhismo como patrimônio cultural imaterial do Estado do Paraná”. **Diário Oficial do Paraná**, p. 05–06,\]\(https://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/mostra_edicao.php?session=VFRCU1IxRnJSVEJSYW10MFRXdFJNVTVwTURCT2VsSkNURIZGTIZKVVFYUIJWVVY2VG1wSmVFMUZXXVE5STUWwMA==&p=MQ==&tb=Q09OU0IERVJBIENPTU8gUEFUUKInw5ROSU8gQ1VMVFVSQUwgSU1BVEVSSUFMIERPIEVTVEFETyBETyBSSU8gREUgSkFORUISTyBBIFBSw4FUSUNBIERPIE1PTIRBTkhJU01PJiMwMTM7>. Acesso em: 15 out. 2025.</p>
</div>
<div data-bbox=\)](https://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/mostra_edicao.php?session=VFZWS1FsSkViRW RPZWtsMFRVUlpORTVUTURCT2FsVjRURIJzUTFGNINYUk5SVXBFVGtWV1FrNUZVWGRSYW14Rw==&p=MQ==&tb=IExlaSBowrogNjU4OSYjMDEzOw==>. Acesso em: 15 out. 2025.</p>
</div>
<div data-bbox=)

16 set. 2025. Disponível em: <<https://www.documentos.dioe.pr.gov.br/dioe/consultaPublicaPDF.do?org.apache.struts.taglib.html.TOKEN=e93c0b477eebce1bd95647fc34593e82&action=pgLocalizar&enviado=true&numero=11987&dataInicialEntrada=01%2F01%2F2025&dataFinalEntrada=01%2F07%2F2025&search=montanhismo&diarioCodigo=3&localizador=>>>. Acesso em: 15 out. 2025.

GUO, Q.; YANG, X.; XIE, H. The impacts of mountain campsite attributes on tourists' satisfaction and behavioral intentions: The mediating role of experience quality. **Journal of Destination Marketing & Management**, v. 32, p. 100873, 1 jun. 2024. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2212571X24000210>>. Acesso em: 21 abr. 2026.

IBGE. **Anuário Geográfico do Brasil 1937**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Conselho Nacional de Geografia., 1937. 889 p.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1938**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Estatística, 1938a. 1000 p.

IBGE. **Anuário Geográfico do Brasil 1938**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Conselho Nacional de Geografia., 1938b. 999 p.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1939-1940**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Estatística, 1940. 1448 p.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1941-1945**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Estatística, 1946a. 535 p.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1946**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Estatística, 1946b. 533 p.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1947**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Estatística, 1948. 541 p.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1948**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Estatística, 1949. 563 p.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1949**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Estatística, 1950. 563 p.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1950**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Estatística, 1951. 569 p.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1951**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Estatística, 1952. 569 p.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1952**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Estatística, 1953a. 560 p.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1953**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Estatística, 1953b. 560 p.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1954**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Estatística, 1954. 670 p.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1955**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Estatística, 1955. 639 p.

- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1956**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Estatística, 1956. 577 p.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1957**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Estatística, 1957. 564 p.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1958**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Estatística, 1958. 644 p.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1959**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Estatística, 1959. 495 p.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1960**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Estatística, 1960. 430 p.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1961**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Estatística, 1961. 480 p.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1962**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Estatística, 1962. 379 p.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1963**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Estatística, 1963. 446 p.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1964**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Estatística, 1964. 406 p.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1965**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Estatística, 1965. 406 p.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1966**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Estatística, 1966. v. 27548 p.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1967**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Instituto Brasileiro de Estatística, 1967. v. 28780 p.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1968**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Instituto Brasileiro de Estatística, 1968. v. 29600 p.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1969**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Instituto Brasileiro de Estatística, 1969. v. 30720 p.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1970**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Fundação IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Instituto Brasileiro de Estatística, 1970. v. 31772 p.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1971**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Fundação IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Instituto Brasileiro de Estatística, 1971. v. 32832 p.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1972**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Fundação IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Instituto Brasileiro de Estatística, 1972. v. 33992 p.
- IBGE. **Anuário Geográfico do Brasil 1973**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Conselho Nacional de Geografia., 1973a. 962 p.

- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1973**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Diretoria Técnica. Departamento de Divulgação Estatística, 1973b. v. 34964 p.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1976**. Rio de Janeiro, RJ: Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1976. v. 37816 p.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1977**. Rio de Janeiro, RJ: Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1977. v. 38848 p.
- IBGE. **Anuário estatístico do Brasil: 1977** IBGE Rio de Janeiro, RJ. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1978.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1979**. Rio de Janeiro, RJ: Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1979. v. 40856 p.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1980**. Rio de Janeiro, RJ: Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1980. v. 41860 p.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1981**. Rio de Janeiro, RJ: Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1981a. v. 42798 p.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1981**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1981b. v. 42795 p.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1982**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1982. v. 43901 p.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1984**. Rio de Janeiro, RJ: Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1985. v. 451104 p.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1986**. Rio de Janeiro, RJ: Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1987. v. 47628 p.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1989**. Rio de Janeiro, RJ: Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1989. v. 49716 p.
- IBGE. **Anuário estatístico do Brasil: 1989**. *Rev. Bras. Geogr.*, v. 49, p. 716, 1990a.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1990**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1990b. v. 50784 p.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1991**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1991a. v. 511022 p.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1991**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1991b. v. 511024 p.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1991**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1991c. v. 511022 p.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1992**. Rio de Janeiro, RJ: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1992a. v. 521119 p.
- IBGE. **Brasil em números 1992**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI), 1992b. v. 0192 p.

IBGE. **Brasil em números 1993**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI), 1993a. v. 02107 p.

IBGE. **Anuário estatístico do Brasil: 1992Rev. Bras. Geogr.** Rio de Janeiro, RJ. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1993b.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1993**. Rio de Janeiro, RJ: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1993c. v. 53957 p.

IBGE. **Brasil em números 1994**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI), 1994a. v. 03110 p.

IBGE. **Anuário estatístico do Brasil: 1993Rev. Bras. Geogr.** Rio de Janeiro, RJ. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1994b.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1994**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento e Orçamento. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1994c. v. 54826 p.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1995**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento e Orçamento. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1995a. v. 55865 p.

IBGE. **Brasil em números 1995/1996**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI), 1995b. v. 04212 p.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1996**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento e Orçamento. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1996. v. 56852 p.

IBGE. **Brasil em números 1997**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1997a. v. 05317 p.

IBGE. **Anuário estatístico do Brasil: 1996** IBGE Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 1997b.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1997**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento e Orçamento. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1997c. v. 57962 p.

IBGE. **Brasil em números 1998**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1998a. v. 06367 p.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1997**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1998b. v. 57963 p.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1998**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1998c. v. 58889 p.

IBGE. **Brasil em números 1999**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1999a. v. 07339 p.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1999**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1999b. v. 59889 p.

IBGE. **Brasil em números 2000**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2000a. v. 08367 p.

- IBGE. **Anuário estatístico do Brasil: 2000** IBGERio de Janeiro, RJ. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000b.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 2000**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000c. v. 60851 p.
- IBGE. **Brasil em números 2001**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2001a. v. 09347 p.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 2001**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2001b. v. 61394 p.
- IBGE. **Brasil em números 2002**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2002a. v. 10377 p.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 2002**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2002b. v. 62401 p.
- IBGE. **Brasil em números 2003**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2003a. v. 11353 p.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 2003**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003b. v. 63408 p.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 2003**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento, Orçamento e Geestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2003c. v. 63409 p.
- IBGE. **Brasil em números 2004**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2004a. v. 12371 p.
- IBGE. **Anuário estatístico do Brasil: 2004** IBGERio de Janeiro, RJ. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2004b.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 2004**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento, Orçamento e Geestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2004c. v. 64409 p.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 2004**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2004d. v. 64408 p.
- IBGE. **Brasil em números 2005**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2005a. v. 13332 p.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 2005**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2005b. v. 65414 p.
- IBGE. **Brasil em números 2006**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2006a. v. 14349 p.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 2006**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2006b. v. 66533 p.
- IBGE. **Brasil em números 2007**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2007a. v. 15349 p.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 2006**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Economia. Instituto Brasieliro de Geografia e Estatística, 2007b. v. 66534 p.

- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 2007**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2007c. v. 67438 p.
- IBGE. **Brasil em números 2008**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2008a. v. 16339 p.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 2008**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008b. v. 68471 p.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 2009**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008c. v. 69489 p.
- IBGE. **Brasil em números 2009**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2009. v. 17332 p.
- IBGE. **Brasil em números 2010**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010a. v. 18336 p.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 2010**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010b. v. 70577 p.
- IBGE. **Brasil em números 2011**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2011a. v. 19322 p.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 2011**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011b. v. 71473 p.
- IBGE. **Manual Técnico da Vegetação Brasileira**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Geociências. Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais., 2012a. 276 p.
- IBGE. **Brasil em números 2012**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2012b. v. 20320 p.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 2012**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012c. v. 72456 p.
- IBGE. **Brasil em números 2013**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2013a. v. 21392 p.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 2013**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2013b. v. 73465 p.
- IBGE. **Brasil em números 2014**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2014a. v. 22428 p.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 2014**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014b. v. 74456 p.
- IBGE. **Brasil em números 2015**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2015a. v. 23446 p.
- IBGE. **Anuário estatístico do Brasil: 2015** IBGE Rio de Janeiro, RJ. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2015b.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 2015**. Rio de Janeiro, RJ: Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2015c. v. 75453 p.

IBGE. **Brasil em números 2016**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2016a. v. 24464 p.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 2016**. Rio de Janeiro, RJ: Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016b. v. 76454 p.

IBGE. **Anuário estatístico do Brasil: 2016** IBGE Rio de Janeiro, RJ. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016c.

IBGE. **Brasil em números 2017**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2017a. v. 25480 p.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 2017**. Rio de Janeiro, RJ: Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017b. v. 77433 p.

IBGE. **Brasil em números 2018**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2018a. v. 26512 p.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 2018**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Economia. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018b. v. 78467 p.

IBGE. **Brasil em números 2019**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Economia. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2019. v. 27480 p.

IBGE. **Brasil em números 2020**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Economia. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2020a. v. 28480 p.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 2019**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Economia. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020b. v. 79471 p.

IBGE. **Brasil em números 2021**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Economia. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2021a. v. 29480 p.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 2020**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Economia. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021b. v. 80490 p.

IBGE. **Brasil em números 2022**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Economia. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2022a. v. 30480 p.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 2021**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Economia. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2022b. v. 81490 p.

IBGE. **Brasil em números 2023**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento e Orçamento. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2023a. v. 31480 p.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 2022**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério da Economia, 2023b. v. 82492 p.

IBGE. **Brasil em números 2024**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento e Orçamento. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2024a. v. 32480 p.

IBGE. **Brasil em números 2024**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento e Orçamento. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI), 2024b. v. 32506 p.

ICMBIO. **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira: Diagnóstico e Planejamento da Unidade de Conservação**. Brasília, DF: Instituto Chico Mendes de Conservação da

Biodiversidade. Ministério do Turismo, 2018. 371 p.

ICMBIO. Portaria MMA nº 543, de 29 de novembro de 2021: Reconhece a Trilha Nacional Transmantequeira, situada nos Estados de Minas Gerais/MG, São Paulo/SP e Rio de Janeiro/RJ, como integrante da Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade - Rede Trilhas. **Diário Oficial da União**, terça-feira, 30 de novembro. n. 224, p. 107, 2021. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=515&pagina=107&data=30/11/2021&capchafield=firstAccess>>. Acesso em: 22 set. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil 1936**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Nacional de Estatística. República dos Estados Unidos do Brasil, 1936. 435 p.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil 1937**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Nacional de Estatística. República dos Estados Unidos do Brasil, 1937. 889 p.

JANSKY, L.; IVES, J. D.; FURUYASHIKI, K.; WATANABE, T. Global mountain research for sustainable development. **Global Environmental Change**, v. 12, n. 3, p. 231–239, 1 out. 2002. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959378002000158>>. Acesso em: 21 abr. 2026.

JOHNSTON, M. Geographic perspectives on recreational resources. **Annals of Tourism Research**, v. 21, n. 1, p. 170–173, 1 jan. 1994. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0160738394900205>>. Acesso em: 21 abr. 2026.

MACHADO, J. C.; FONTES, R. CONSUMO AGREGADO E PLANOS DE ESTABILIZAÇÃO NO BRASIL. **Análise Econômica**, v. 19, n. 35, 2001. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/10652>>. Acesso em: 20 abr. 2026.

MEIRELES, L. D.; SHEPHERD, G. J. Structure and floristic similarities of upper montane forests in Serra Fina mountain range, southeastern Brazil. **Acta Botanica Brasilica**, v. 29, n. 1, p. 58–72, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-33062015000100058&lng=en&nrm=iso&tlng=en>
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-33062015000100058&lng=en&nrm=iso&tlng=en>.

MIEBACH, A. D.; MARQUETTI, A. A. A distribuição funcional da renda no Brasil: 1947-2019. **Nova Economia**, v. 32, p. 585–615, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/neco/a/G6JtYFZHRjzPqJktDyXgxD/?lang=pt>>. Acesso em: 20 abr. 2026.

MITCHELL, L. S.; MURPHY, P. E. Geography and tourism. **Annals of Tourism Research**, v. 18, n. 1, p. 57–70, 1991. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/016073839190039E>>. Acesso em: 21 abr. 2026.

MOREIRA, J. C. **Geoturismo e interpretação ambiental**. Ponta Grossa, PR: Editora da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 2014. 157 p.

NEU, M. F. R. Os portos históricos: a gênese da atividade portuária do Sul do Brasil. **Revista Marítima Brasileira**, v. 133, n. 10/12, p. 109–123, 2013. Disponível em: <<https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/revistamaritima/article/view/6566>>. Acesso em: 20 abr. 2026.

NG, S. L. Bibliometric analysis of literature on mountain tourism in Scopus. **Journal of Outdoor Recreation and Tourism**, v. 40, p. 100587, 1 dez. 2022. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2213078022001098>>. Acesso em: 21 abr. 2026.

OLIVEIRA, C. E.; CANADAS, M. J. P. R.; IGARI, A. T. Gestão coletiva para a conservação de ambientes de montanha: lições do turismo na travessia Marins-Itaguaré, Serra da Mantiqueira, Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 66, p. 664–686, 22 dez. 2025. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/98761>>. Acesso em: 19 abr. 2026.

OLIVEIRA, C. E. de. **Governança dos bens comuns sob a ótica da ação coletiva: um estudo sobre a apropriação de serviços ecossistêmicos culturais pelo montanhismo**. 2023. Universidade de São Paulo, 2023. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100136/tde-12122023-111617/>>. Acesso em: 19 abr. 2026.

OLIVEIRA, C. L. de; MAIA, T. N.; JUNIOR, E. de D. A.; MOTA, G. A. G. da. Montanhismo: Dos Significados, Conflitos e Tensões. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 21, n. 1, p. 194–217, 21 mar. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1774>>. Acesso em: 20 mar. 2025.

PAES, M. T. D. A proteção de áreas naturais pelo Condephaat: estrutura, conceitos, critérios e diretrizes. **Revista CPC**, v. 19, n. 38, p. 302–329, 27 jan. 2025. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/223802>>. Acesso em: 27 fev. 2025.

PARALELO 19 GESTÃO DE PROJETOS LTDA. **Plano Diretor Participativo do Município de Queluz**. Belo Horizonte, MG: Linhas de Taubaté transmissora de energia S.A., 2015. Disponível em: <<http://queluz.sp.gov.br/planodiretor/PlanoDiretor.pdf>>. Acesso em: 1 dez. 2021.

PEDROSA, C. Principais Fontes da Bibliografia Geográfica Brasileira. **Revista Geográfica**, v. 9/10, n. 25/30, p. 202–207, 1949. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/40996354>>. Acesso em: 20 abr. 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZ. Lei nº 715. de 22 de fevereiro de 2016. “Plano Diretor Participativo de desenvolvimento territorial do Município de Queluz”. 22 fev. 2016. Disponível em: <https://www.camaraqueluz.sp.gov.br/pdf/leis_municipais/lei-n--715-16---plano-diretor--participativo-de--desenvolvimento-territorial-do-municipio-de-queluz-323-2016-30660.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZ. Lei Complementar nº 02, de 25 de agosto de 2017. “Institui o Plano Diretor de Turismo do Município de Queluz e dá outras providências”. 25 ago. 2017. Disponível em: <https://www.camaraqueluz.sp.gov.br/pdf/leis_municipais/leis_municipais-2017-851-lei-complementar-002-2017-plano-diretor-de-turismo-e-anexos-7104.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

PYO, S. Knowledge map for tourist destinations—needs and implications. **Tourism Management**, v. 26, n. 4, p. 583–594, 1 ago. 2005. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0261517704000627>>. Acesso em: 21 abr. 2026.

RCN CONSERVAÇÃO DE FLORESTAS NATIVAS LTDA. **Reserva Particular do Patrimônio Natural Gigante do Itaguaré**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://smastr16.blob.core.windows.net/fundacaoflorestal/2024/01/Plano-de-Manejo-RPPN_Gte_Itaguare_versaoFinal_Aprovado.pdf>.

RODRIGUES, B. A. de A. G.; MAIA, T. N.; OLIVEIRA, C. L. de; MOTA, G. A. G. da; JUNIOR, E. de D. A. Montanhismo e Impacto Ambiental: Investigando os Praticantes Ocasionais do Rio de Janeiro. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 20, n. 4, p. 59–78, 18 dez. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1724>>. Acesso em: 11 fev. 2025.

SAFFORD, H. D. Brazilian Páramos IV. Phytogeography of the campos de altitude. **Journal of Biogeography**, v. 34, n. 10, p. 1701–1722, out. 2007. Disponível em: <<http://doi.wiley.com/10.1111/j.1365->

2699.2007.01732.x>.

SANTOS, L. H. de O. A instrumentalização da paisagem pelo turismo: O caso da Serra Fina – Sudeste do Brasil. **GOT: Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, n. 27, 30 jun. 2024. Disponível em: <<https://ojs.letras.up.pt/index.php/got/article/view/14286>>. Acesso em: 19 abr. 2026.

SANTOS, L. H. de O.; PINTO, V. P. dos S. Questões territoriais entre montanhista e corredores de aventura na Serra Fina – sudeste do Brasil: Territorial issues between mountaineers and adventure runners in Serra Fina – southeastern Brazil. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 18, n. 6, p. 769–786, 1 nov. 2025. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/19771>>. Acesso em: 19 abr. 2026.

SECRETARIA DE CULTURA DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Resolução nº 40 de 06/06/1985. “Decreto de tombamento da área da Serra do Mar e de Paranapiacaba no Estado de São Paulo, com seus Parques, Reservas e Áreas de Proteção Ambiental, além de esporões, morros isolados, ilhas e trechos de planícies litorâneas”. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, p. 29–30, 1985. Disponível em: <<http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/serra-do-mar-e-de-paranapiacaba-3/#>>. Acesso em: 9 mar. 2025.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE DE SÃO PAULO. **Resolução SIMA 33, de 05 de junho-2020: Dispõe sobre os procedimentos preparatórios para a criação Monumento Natural Mantiqueira Paulista, nos municípios de Cruzeiro e Piquete. - SP.** São Paulo, SP: Gabinete do Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo, 2020. . Disponível em: <https://smastr16.blob.core.windows.net/legislacao/sites/40/2020/06/resoluc%CC%A7a%CC%83o-sima-033-2020-mona-mantiqueira-paulista_ver_29_5_20-1.pdf>.

SENERA, N. de C., Nelson de Castro. **Estatísticas Desejadas (1822-1889)**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2006. v. 1614 p.

SILVA, E. P. da; QUINTAIROS, P. C. R.; ARAÚJO, E. A. S. de. Educação e desenvolvimento. **Latin American Journal of Business Management**, v. 4, n. 2, 2013. Disponível em: <<https://www.lajbm.com.br/journal/article/view/169>>. Acesso em: 20 abr. 2026.

SMITH, G. W. Comercialização e desenvolvimento econômico: o estudo de um caso brasileiro - 1930-1970. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 3, n. 1, p. 89–120, 1 abr. 1973. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/ee/article/view/143272>>. Acesso em: 20 abr. 2026.

SOUTO, R. D. O Anuário Estatístico do Brasil e as informações sobre educação e saúde. **Estatística e Sociedade**, n. 2 (2012), 22 dez. 2012. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/estatisticaesociedade/article/view/32041>>. Acesso em: 20 abr. 2026.

TASSINARI, T.; COELHO, G.; TASSINARI, D. Trilhas da Serra Fina: Influência da visitação em atributos físico-hídricos dos solos de duas vertentes da Serra da Mantiqueira. **Sustentare**, v. 5, n. 1, p. 16–31, 29 jul. 2021. Disponível em: <<http://periodicos.unincor.br/index.php/sustentare/article/view/6385>>. Acesso em: 25 set. 2021.

TIBA, C.; FRAIDENRAICH, N. Analysis of monthly time series of solar radiation and sunshine hours in tropical climates. **Renewable Energy**, v. 29, n. 7, p. 1147–1160, 2004. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0960148103003902>>. Acesso em: 20 abr. 2026.

TOURINHO, J. M. Avaliação das Dimensões das Áreas de Preservação Permanente acima de 1.800 Metros de Altitude e da Extensão dos Cursos Hidrográficos Contidos em seus Interiores para as RGIs de São José dos Campos, Taubaté – Pindamonhangaba, Guaratinguetá e Cruzeiro(SP). **REVISTA PLURI**, v. 5, n. 1, p. 187–

206, 16 fev. 2022. Disponível em:
<<http://revistapluri.cruzeirosulvirtual.com.br/index.php/pluri/article/view/206>>. Acesso em: 18 fev. 2022.

VIEIRA, E. A. Considerações históricas sobre a expansão da rede bancária brasileira. **Revista de História**, v. 47, n. 96, p. 409–452, 10 dez. 1973. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/132084>>. Acesso em: 20 abr. 2026.

ZUCCOLOTTO, P. A. da G. L.; CANTON, G.; DIAS, J. C.; GUERRA, S. M. G. A indústria mineral brasileira no final do século XX: aspectos energéticos, sociais e econômicos. **Economia, Negócios e Sociedade**, v. 16, n. 1, 30 jun. 2007.